



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-6 – Informação, Educação e Trabalho

CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DAS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL

IDENTITARY CONSTRUCTION OF THE LIBRARIES OF THE FEDERAL INSTITUTES IN BRAZIL

Jobson Louis Almeida Brandão – Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

Gustavo Henrique de Araújo Freire – Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Valmira Perucchi – Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Desenvolvido a partir de pesquisa de tese em andamento no campo da Ciência da Informação, o presente artigo tem por objetivo construir uma reflexão de pesquisa sobre a necessidade de analisar o processo de construção identitária das bibliotecas dos institutos federais no Brasil. Tal construção considera a observação e a análise do regime de informação, e a atuação das bibliotecas e dos bibliotecários em institutos federais, os quais foram criados em 2008. Esses institutos constituem modelo único no mundo e, portanto, inédito, de instituição educacional, diferenciando-se das universidades. Nos últimos anos, bibliotecários e pesquisadores de institutos e universidades federais têm dissertado sobre a classificação dessas bibliotecas, criando uma dispersão conceitual e não representativa. Tomando por base a revisão de literatura de tais trabalhos e a pesquisa de tese em andamento, propõe-se um posicionamento reflexivo que possibilite uma classificação da biblioteca dos institutos federais como biblioteca educativa pública, concernente com sua função e natureza, para ser utilizada como consenso pelos bibliotecários e pesquisadores. Com esse marco teórico, possibilitar-se-á a resolução de um conflito teórico-conceitual que ocorre há mais de uma década e que ameaça a atuação dos profissionais da informação nos institutos federais, a saber: a ausência de posicionamento científico da Ciência da Informação sobre a identidade organizacional das bibliotecas brasileiras de Institutos Federais. Conclui-se que essa proposta contribuirá, também, para a geração de estudos e projetos mais assertivos.

Palavras-chave: biblioteca educativa pública; classificação de bibliotecas; identidade organizacional; institutos federais; ciência da informação.

Abstract: Developed from an ongoing thesis research in the field of Information Science, this article aims to build a research reflection on the need to analyze the identity construction process of the libraries of federal institutes in Brazil. Such construction considers the observation and analysis of the information regime, and the performance of libraries and librarians in federal institutes, which were created in 2008. These institutes constitute a unique model in the world and, therefore, unprecedented, of an educational institution, differentiating from universities. In recent years, librarians and researchers from federal institutes and universities have spoken about the classification of these libraries, creating a conceptual and unrepresentative dispersion. Based on the literature review of such works and the ongoing thesis research, a reflective positioning is proposed that allows

a classification of the library of federal institutes as a public educational library, concerning its function and nature, to be used as a consensus by librarians and researchers. With this theoretical framework, it will be possible to resolve a theoretical-conceptual conflict that has been going on for more than a decade and that threatens the performance of information professionals in federal institutes, namely: the absence of scientific positioning of Information Science on the organizational identity of the Brazilian libraries of Federal Institutes. It is concluded that this proposal will also contribute to the generation of more assertive studies and projects.

Keywords: public educational library; classification of libraries; library management; federal institutes; information science.

1 PONTO DE PARTIDA: EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

O surgimento da escrita foi a maior invenção da humanidade, pois possibilitou a comunicação da informação para grupos sociais distintos e geograficamente distantes. Esta tecnologia intelectual exigiu a construção de espaços próprios para o armazenamento informacional, tornando realidade a permanência da informação para gerações futuras.

Esses espaços informacionais foram se desenvolvendo a partir de mudanças sociais e econômicas da sociedade, que implicavam também em mudanças no tipo de informação que deveria ser armazenada e o tipo de público interessado nessas informações. Este contexto é a gênese da diversidade de unidades de informação existente na sociedade contemporânea, tais como, arquivos, museus e bibliotecas que organizam e disponibilizam informações tanto em meio físico como também no ciberespaço. Para fins deste estudo iremos nos deter nas bibliotecas, observando a sua participação ativa no desenvolvimento da sociedade contemporânea.

As bibliotecas são usualmente classificadas na literatura científica e profissional de acordo com a finalidade em: infantil, comunitária, especializada, escolar, universitária e pública. Entretanto, vivemos em constantes mudanças que a cada dia ocorrem de forma mais rápida. Essas mudanças também podem ocorrer com as classificações usualmente utilizadas para as bibliotecas.

Independente do seu tipo, a biblioteca acompanha as constantes mudanças da sociedade, se adequando de acordo com as exigências oriundas dessas mudanças. Os usuários são elementos fundamentais nesse processo de mudança, pois se configuram grupos que podem ser identificados a partir de seus interesses e de suas necessidades informacionais. Essa configuração não é estática, pelo contrário, está em constante transformação acompanhando o ritmo da sociedade em rede, que se caracteriza pelas rápidas mudanças

ocasionadas pela presença das tecnologias digitais de informação e comunicação em todas as dimensões da sociedade, especialmente nas atividades relacionadas à geração, organização e uso da informação.

Neste contexto, é natural que a tipologia das bibliotecas seja pensada visando atender à nova realidade que se apresenta com a multiplicidade de grupos de usuários interagindo com uma mesma unidade de informação. Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo construir uma reflexão acerca da emergência de um novo tipo de unidade informacional que é próprio do contexto educacional brasileiro, na sociedade contemporânea, e que atende ao contexto informacional dos institutos federais no Brasil desde 2008.

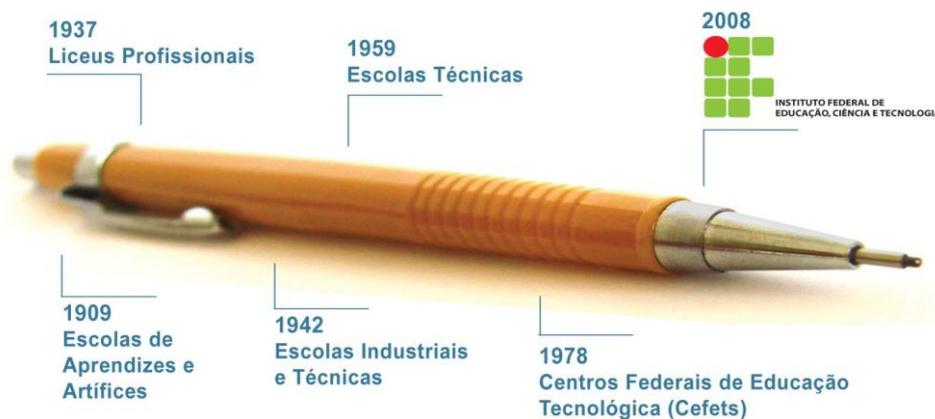
O campo da pesquisa se justifica pela proximidade dos autores com a prática informacional desenvolvida nas unidades dos institutos federais no Brasil, assim como é uma instituição com uma história consolidada de serviços prestados à educação no país. Em sua longa história os institutos federais foram pródigos em acompanhar as mudanças sociais, e também em se adaptar às novas exigências. As bibliotecas da organização têm acompanhado o aumento e a diversidade no número de novos usuários que a instituição tem incorporado.

Os Institutos Federais foram criados a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008a) quando foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. São, portanto, desde sua gênese, instituições públicas. É importante ressaltar que essas Instituições existiam anteriormente com outras nomenclaturas, inicialmente e durante grande parte de sua existência voltadas para o ensino técnico, tendo como principal objetivo educacional prover educação técnica para os alunos. Neste ambiente escolar, a biblioteca já exercia uma **função educativa**, porém restrita ao público secundarista. A partir da lei supracitada as instituições passaram a incorporar questões científicas e tecnológicas, e educação em nível superior. Segundo o Art. 2º da Lei 11.892

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008a).

Esses institutos constituem modelo único no mundo e, portanto, inédito, de instituição educacional, diferenciando-se das universidades. Na Figura 1 apresentamos o percurso temporal dessas instituições.

Figura 1 – Linha do tempo desde a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices até os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.



Fonte: Brasil (2008b).

Nos últimos anos, bibliotecários e pesquisadores de institutos e universidades federais têm desenvolvido pesquisas sobre a classificação dessas bibliotecas. Esse interesse é positivo na medida em que demonstra interesse e importância da temática pelos pesquisadores e profissionais da informação. Contudo, tais estudos vêm criando uma dispersão conceitual e não representativa, o que dificulta a compreensão das questões informacionais voltadas para a otimização e melhor atendimento de usuários reais e potenciais.

Na hierarquia educacional brasileira, dividida tradicionalmente entre escolas e universidades, os Institutos Federais surgem em 2008 para romper com essa lógica estabelecida, quebrando paradigmas, ofertando **educação pública** não somente para formar mão de obra para o mercado de trabalho, como era o propósito das escolas técnicas, mas também para dar acesso ao emprego e ao mercado de trabalho como um **princípio educativo**. Um espaço público de aprendizagem fomentando a prática social, de produção de conhecimento científico e tecnológico, aliado à formação humanística integral como base.

Tomando por base essas premissas, a revisão de literatura e a pesquisa de Tese em andamento, no âmbito dos estudos do Grupo de Pesquisa sobre Gestão de Projetos em Educação, Ciência, Informação e Tecnologia (PROJECIT) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), e do Grupo de Pesquisa Comunicação, Redes, Políticas de Informação (UFRJ), propõe-se um posicionamento reflexivo que possibilite uma classificação da biblioteca dos institutos federais como **Biblioteca Educativa Pública (BEP)**, cujo acervo está constituído por informações que atendem a comunidade de usuários com necessidades relacionadas ao apoio às atividades de

aprendizagem, colaborando para a formação de alunos e cidadãos aprendentes em geral. Assim, as BEPs são bibliotecas que apoiam com ações infoeducativas as práticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por instituições públicas de ensino, cuja função é **educativa** e sua natureza é **pública**. Essa proposta de classificação de bibliotecas no âmbito dos Institutos Federais atenderia às características próprias dessas instituições, que desenvolvem serviços e produtos para alunos de cursos profissionalizantes, ensino médio, graduação e pós-graduação; para a comunidade; para servidores; e demais categorias de usuários, tendo em vista que seu acesso é público, para além dos muros institucionais.

Para esta reflexão que estamos propondo, vemos a possibilidade de fazer uma relação do termo infoeducação com a construção identitária das bibliotecas dos institutos federais uma vez que envolve interdisciplinarmente os campos da informação e educação. O termo Infoeducação foi utilizado pela primeira vez na academia no ano de 2000. Perrotti (2016, p. 5) “por ocasião de um Colóquio Internacional, [...] organizado na Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo (ECA/USP)”, lança

a proposta da *Infoeducação*, neologismo com o qual sintetizávamos preocupações nascidas de realizações efetuadas por equipe que coordenávamos, com o objetivo de produzir, à época, conhecimentos teóricos e práticos envolvendo as relações Biblioteca e Educação (PERROTTI, 2016, p. 5).

Nosso entendimento acerca de como o conceito de infoeducação pode colaborar para a construção e desenvolvimento de nossa pesquisa de tese toma como base duas dimensões. A primeira dimensão é a profissional que tem como área de interesse a informação para aplicação no mercado de trabalho. A segunda é a dimensão pedagógica composta pelos planos de cursos, projetos pedagógicos e outras atividades próprias para facilitar a sistematização da comunicação de informações, ou seja, dos conteúdos ministrados nas disciplinas. Dessa forma, a Infoeducação contribui com o processo de ensino, pesquisa e extensão dos Institutos Federais na medida em que possibilita o diálogo entre as ações de informação desenvolvidas pela biblioteca, e as ações pedagógicas que são pensadas e implementadas pelas Coordenações de curso através de seus docentes e técnicos educativos.

Com esse marco teórico, possibilitar-se-á a resolução de um conflito teórico-conceitual que ocorre há mais de uma década e que ameaça a atuação dos profissionais da informação nos Institutos Federais, a saber: a ausência de posicionamento e consenso científico da Ciência

da Informação sobre a identidade organizacional das bibliotecas brasileiras de Institutos Federais.

2 PONTO DE REFLEXÃO: A IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DAS BIBLIOTECAS

Mudanças sociais e econômicas fazem parte do desenvolvimento humano, e já fazem parte há tempos de debates acadêmicos, especialmente quando relacionados às tecnologias digitais de informação e comunicação. Os espaços informacionais para organização e comunicação da informação devem acompanhar essas mudanças, e os estudiosos do tema devem refletir sobre quais são essas mudanças, e como elas impactam na interação e de seus espaços de informação.

Nesse contexto, iremos fazer uma reflexão sobre as unidades de informação, especialmente como as bibliotecas podem ser classificadas para atender às novas demandas que envolvem novos conteúdos, e, principalmente novos usuários em novas instituições/organizações. A reflexão sobre a classificação de bibliotecas vem sendo construída desde 2008, ano em que ocorreu a criação dos Institutos Federais no Brasil, um modelo inédito de instituição educacional no mundo. Repensada porque há a necessidade de incluir as bibliotecas dessas instituições no rol de classificação de bibliotecas.

De 2008 até 2014 surgiram diversos posicionamentos acerca da identidade organizacional das bibliotecas dos Institutos Federais, com a defesa de diversos termos que classificam suas bibliotecas (tecnológicas, técnico-acadêmicas, multiníveis, entre outros). Apesar de alguns terem sido mais aceitos que outros, nenhum foi suficiente para estabelecer consenso na classe profissional e científica, o que indica ainda um possível valor agregado insuficiente desses termos e conceitos para representar a realidade dessas unidades de informação. Além de que alguns são excludentes e não contemplam a função e natureza das bibliotecas em seus diversos formatos e perfis de atuação no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. Afinal, nesta Rede, há tanto institutos federais, quanto universidade tecnológica, colégios e centros federais. Por esse motivo, nos dias atuais, prevalece uma posição intermediária adotada por duas bibliotecárias pesquisadoras que atuaram ativamente nesta primeira década de existência das bibliotecas dos Institutos Federais à frente da Comissão Brasileira de Bibliotecas dos Institutos Federais (CBBi), no âmbito da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), a saber: “biblioteca mista” (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 43).

Durante a trajetória da pesquisa de tese, qualificada em 2020, foi possível identificar que há um risco de insuficiência na representatividade terminológica da identidade das bibliotecas dos Institutos Federais com foco nos diferenciados níveis de ensino que elas atendem. Consistiria numa perspectiva possivelmente ainda reducionista de seu papel social, limitando-as como apoio ao ensino formal. Um dos entraves reducionistas, está na impossibilidade de comparação dessas bibliotecas com a de outras similares em países de América Latina, do Caribe, da América do Norte, da Europa, da Ásia e da África. Há ainda um risco maior em buscar criar um termo novo para uma realidade que não está distante da classificação já conhecida, aceita e disseminada, a saber: biblioteca pública. Uma busca bibliográfica por bibliotecas com realidade similar à biblioteca dos Institutos Federais, resultou que o perfil de biblioteca mais próximo desta é a biblioteca pública. Tal dado, ressignificou a percepção conceitual que até então vinha se estabelecendo na presente pesquisa de tese.

É inegável que a biblioteca dos Institutos Federais no Brasil é uma biblioteca pública, assim como são as bibliotecas das Universidades Públicas, sejam elas Federais, Estaduais ou Municipais. Pensando no papel social das bibliotecas no Brasil, na possibilidade de financiamento dessas bibliotecas por recursos públicos e por recursos oriundos de iniciativa privada, de financiamento de fundações sociais (ou similares), a partir de editais nacionais e internacionais, e pensando ainda que elas já estão inseridas na classificação das bibliotecas públicas, é preciso considerar que a classificação biblioteca pública, possivelmente já seria suficiente para incluir as bibliotecas dos Institutos Federais nas abordagens profissionais e científicas, práticas e teóricas. O que pode ser ressignificado é a complexidade das bibliotecas públicas, abrangendo subdivisões e, por consequência, incluindo as bibliotecas dos Institutos Federais nesta relação.

Tomando por base a realidade brasileira e mundial, as bibliotecas públicas no Brasil podem ser subdivididas em bibliotecas públicas de natureza cultural e educacional. No rol de bibliotecas públicas culturais, há a Biblioteca Nacional, as bibliotecas municipais e estaduais, as bibliotecas comunitárias, e as bibliotecas temáticas, entre outras com finalidade prioritariamente cultural, estimulando a prática da leitura em prol do desenvolvimento sociocultural, da cidadania, da inclusão e da diversidade. No rol de bibliotecas públicas educacionais, há as bibliotecas escolares, as bibliotecas universitárias, as bibliotecas dos Institutos Federais, e todas àquelas com finalidade prioritariamente educacional,

profissionalizante e de desenvolvimento econômico e tecnológico por meio do aperfeiçoamento das capacidades intelectuais do seu público (usuários ou interagentes).

As bibliotecas dos Institutos Federais estão inseridas em uma Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Elas são criadas para servir à missão educativa dos Institutos Federais, que surgem, também, para incluir no mercado de trabalho as pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, nas regiões urbana e rural, em todos os Estados da Federação no Brasil. Observamos, portanto, que o papel das bibliotecas públicas de natureza cultural, em sua maioria de responsabilidade dos governos municipais e estaduais, difere do papel das bibliotecas públicas de natureza educacional, mantidas principalmente pelos governos em nível estadual e federal.

No caso da educação profissional, no contexto da Rede Federal EPCT, há um compromisso prioritário com o acesso ao emprego e com a inclusão do jovem e a reinserção do adulto no mercado de trabalho, a partir de atividades educativas. Ainda há o compromisso com a inovação e o desenvolvimento tecnológico; e com o preparo do jovem de nível médio, que integra uma formação técnica ao seu processo de aprendizagem. Assim como os institutos federais têm esse compromisso, suas bibliotecas também convergem para essa responsabilidade social. Essa finalidade é muito mais abrangente do que o foco nos diferenciados níveis de ensino, e caracteriza o propósito de atuação dessas bibliotecas, de **função educativa e natureza essencialmente pública**. Seu acervo, seus produtos, seus serviços e suas ações devem estar em concordância com a profissionalização e educação de jovens e adultos. Trata-se de um contexto acadêmico específico. Mesmo atendendo nível médio, universitário, pós-graduação, cursos de extensão e profissionalizantes, entre outros, ela está inserida, prioritariamente, em um contexto de aprendizagem, portanto, educacional. Há, nesse contexto: metas, diretrizes, e planejamento, todos relacionados aos planos pedagógico e profissional. A diferenciação da abordagem educacional dessas bibliotecas dos institutos federais para as bibliotecas universitárias, está na segmentação por faixa etária e por níveis de necessidades informacionais, tanto para os fins de profissionalização, quanto para o desenvolvimento intelectual, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão. Contudo, sua identidade organizacional está centrada no caráter público e na finalidade educacional, o que aproxima ambas.

Considerando os motivos expostos e a análise do regime de informação das bibliotecas na pesquisa de doutorado em andamento, propõe-se que a **Biblioteca Educativa Pública**

(BEP), conceitualmente, na perspectiva de sua identidade organizacional, seja definida como: unidades de informação, com finalidade prioritariamente educativa e de natureza pública, que atendem às necessidades informacionais tanto do público acadêmico, em todos os níveis de ensino, de necessidades e de competências, quanto ao público técnico-administrativo e a comunidade em geral, por meio de ações infoeducacionais. O acervo de tais instituições pode ser constituído por obras pluricurriculares, extracurriculares, e que possuam vínculo com o processo de aprendizagem ao longo da vida, abrangendo todas as faixas etárias, sem distinção. Constituem exemplo no Brasil de unidades de informação desse tipo as bibliotecas dos institutos federais. Contudo, isso não exclui outras bibliotecas de se identificarem nessa identidade organizacional, sendo necessário aprofundamento do tema em próximos estudos.

3 PONTO DE INTERSEÇÃO: EDUCAÇÃO & CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

De natureza interdisciplinar, a Ciência da Informação e a Educação são áreas do conhecimento que tem pontos de interseção. Segundo Perrotti e Pieruccini (2007, p. 53), “os campos da Informação e da Educação constituíram-se buscando eficácia nos mecanismos de *transmissão* do saber.” Essa transmissão do saber baseia-se na infoeducação. De acordo com Nascimento e Perrotti (2017, p. 7)

*a Infoeducação, abordagem transdisciplinar das relações entre Informação e Educação, proposta e em desenvolvimento, na ECA/USP, a partir do ano de 2000, como resultado de um intenso trabalho de reflexão e intervenções no terreno da práxis informacional, sob orientação de Perrotti, orienta-se por premissas que vão em outra direção, pois tomam os fenômenos informacionais e educacionais a partir de características específicas e próprias, mesmo se considerando os aspectos econômicos e materiais indicados pelas propostas da *information literacy*.*

O ponto de partida da infoeducação de acordo com Perrotti e Pieruccini (2007, p. 55-56)

Foi, pois, na tentativa de compreender tais relações históricas, bem como na de abrir novas e necessárias perspectivas às relações entre Informação e Educação, contribuindo, se possível, para a superação de fragmentações herdadas da modernidade, que passamos a desenvolver nosso programa de pesquisas na ECA/USP e cuja evolução resultou na criação de área de estudos por nós nomeada de *Infoeducação*. Área de síntese e de abertura a novos voos; área científica e de ação sociocultural. Apesar de estar em constituição e em definição, a *Infoeducação* já vem representando, contudo, importante contribuição à reflexão e à ação informacional e educacional, [...].

De acordo com Perrotti e Pieruccini (2007, p. 46) o surgimento da infoeducação deu-se

por

[...] problemáticas culturais próprias da contemporaneidade, pretende afirmar a necessidade de desenvolvimento de uma área de estudos centrada nas relações inextricáveis sempre existentes entre Informação e Educação, mas que vêm se redefinindo de forma extraordinária nas chamadas *Sociedades do Conhecimento*, [...]. Por nós nomeada de *Infoeducação*, tal área trata de forma englobante, dinâmica e articulada as questões informacionais e educacionais, consideradas tanto em suas dimensões teóricas quanto operacionais.

Perrotti e Pieruccini (2007, p. 91) definem a infoeducação

como área de estudo, situada nos desvãos das Ciências da Informação e da Educação, voltada à compreensão das conexões existentes entre *apropriação simbólica e dispositivos culturais*, como condição à sistematização de referências teóricas e metodológicas necessárias ao desenvolvimento dinâmico e articulado de aprendizagens e de dispositivos informacionais, compatíveis com demandas crescentes de *protagonismo cultural*, bem como de produção científica, constituída sob novas óticas, nas chamadas *Sociedades do Conhecimento*.

Para Passos (2018, p. 19-20) Infoeducação

é uma abordagem da Ciência da Informação que trata de informar para educar e educar para informar, por meio do desenvolvimento de técnicas e habilidades (tanto por parte do mediador quanto por parte do público), que articularão com o compartilhamento e apropriação de conhecimentos e culturas.

Essas técnicas e habilidades se bem utilizadas propiciam segundo Perrotti (2016, p. 11) “processos reflexivos que colocam em causa as próprias concepções de informação e de formação, bem como as relações estabelecidas entre elas”.

De acordo com Passos (2018, p. 8) a infoeducação racionaliza “a informação por uma ótica educacional, com a apropriação das informações por meio da reflexão adquirida com os saberes e fazeres informacionais.” A autora complementa dizendo que, “como um campo de estudo interdisciplinar, a Infoeducação fornece subsídios para a construção de sentido diante dos fenômenos informacionais, por meio de ações práticas e reflexivas desenvolvidas em diferentes dispositivos informacionais” (PASSOS, 2018, p. 8).

Ao discorrer sobre a forma como a infoeducação deve ser abordada, Perrotti diz que,

a *infoeducação* não se pauta por princípios que entendem a aprendizagem como ato simples de assimilação de modos de fazer, de estratégias e procedimentos metodológicos ou de incorporação mecânica de conteúdos. Para ela, aprender é atividade afirmativa de sujeitos sobre o conhecimento, sobre os saberes, sobre os signos e as significações; é produção de saber em interlocuções vivas, dinâmicas com a cultura, com o mundo, o outro e consigo mesmo; é movimento que mobiliza múltiplos aspectos dos aprendizes e dos meios em que se encontram (PERROTTI, 2016, p. 12).

As práticas da infoeducação devem ser trabalhadas pelos infoeducadores (GASQUE, 2012; PASSOS, 2018; PERROTTI; PIERUCCINI, 2007). Os infoeducadores para Gasque (2012, p. 151) “compreende os profissionais bibliotecários, professores e coordenadores em uma integração pedagógica.” Perrotti e Pieruccini (2007) ao abordarem a representatividade do infoeducador, afirmam ser uma

nova categoria, situada na interface dos profissionais da Informação e da Educação, entre, portanto, bibliotecários, documentalistas, professores e educadores em geral, não é o produto da soma simples destas categorias tradicionais, nem pedaços desconectados de cada uma delas. É, antes, um profissional de síntese, resultante de novos tempos histórico-culturais, dos novos modos de ser, de compreender, de se relacionar e atuar com o conhecimento e a cultura (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 89).

Gasque (2012, p. 151-152) ao se referir a formação dos infoeducadores enfoca que

precisam aprender a aprender antes de ensinar. Assim, a formação desses profissionais deve abranger, em geral: conhecimentos dos conteúdos em que ministram aulas; conhecimentos psicopedagógicos; conhecimentos sobre a prática docente; conhecimentos culturais; e conhecimentos necessários para buscar e usar a informação – letramento informacional.

Para que a infoeducação desempenhe seu papel, de acordo com Gasque (2012, p. 155), é preciso

mais do que a disponibilização de material, é necessário envolver a comunidade educativa em programas que possibilitem buscar, decodificar, interpretar e transformar as informações em conhecimento a favor da vida. Para tanto, é necessário que haja pessoas qualificadas e trabalho conjunto dos membros da instituição educacional.

Para que a infoeducação cumpra seu papel, é necessário que os envolvidos no processo trabalhem de forma conjunta.

A biblioteca dos institutos federais, no âmbito da educação profissional, científica e tecnológica, exerce protagonismo social de inclusão, indo além das portas da comunidade acadêmica de nível médio e superior, contribuindo em múltiplas dinâmicas sociais, em variados processos educativos que ultrapassam o currículo dos projetos pedagógicos e a sala de aula. Nela, está presente o fomento à cidadania, à democracia e à participação popular. Trata-se de um perfil inédito no mundo, que carece do olhar científico da Ciência da Informação no Brasil. Sua finalidade educativa, sua natureza pública, e seu público usuário diverso, são o ponto de partida para ações informacionais e projetos educativos mais assertivos, mesclando o que há de melhor no paradigma infoeducacional. Nelas, as bibliotecas

possuem em seu *staff* profissionais infoeducadores, em boa parte bibliotecários, que estão atuando em prol do desenvolvimento da educação e da informação na sociedade brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi propor uma nova categoria de biblioteca que possa abranger a complexidade que envolve as atividades de informação e as necessidades informacionais dos usuários na sociedade contemporânea, vinculados aos institutos federais. Destacamos que não é uma posição definitiva, mas um processo que está em construção, com base em evidências. Nesse sentido, torna-se importante compartilhar essa proposta com a comunidade do campo da informação e receber a contribuição de pesquisadores e profissionais da informação. É dessa forma que a ciência caminha e a participação coletiva é fundamental para pensarmos em um tipo de biblioteca que atenda, em um mesmo espaço, usuários com vários interesses e níveis acadêmicos no âmbito de uma organização pública de ensino, que faz, também, pesquisa e extensão; e que abre as portas para a comunidade em geral, sem distinção.

A pesquisa também destaca a importância de se refletir acerca do conceito e da perspectiva de infoeducação, refletindo acerca da importância e pertinência do uso deste conceito na Ciência da Informação, especialmente nas temáticas relacionadas à criação e disponibilização de produtos e serviços pelas bibliotecas para usuários em contextos educacionais. Nesse sentido, é importante desenvolver pesquisas que possibilitem a construção de parcerias que desenvolvam o máximo de integração epistemológica e prática da Ciência da Informação com a Educação. Afinal, a informação é fundamental para o processo de aprendizagem, para a compreensão dos elementos infoeducacionais e das relações sociais e afetivas que compõem o aprender. Estamos diante de uma oportunidade inestimável para abertura de um profícuo caminho para a socialização da informação, autonomia dos indivíduos, e de novas pesquisas no campo da informação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação superior. **Institutos federais viram realidade**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-%201690610854/11864-sp-103278730>. Acesso em: 8 out. 2021.

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; FAQUETI, Marouva Fallgatter. **Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: um olhar sobre a gestão. Blumenau: IFC, 2015.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. O papel da biblioteca e dos infoeducadores no letramento informacional. In: GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília, DF: Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2012. cap. 5, p. 149-157. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.

NASCIMENTO, Leandro dos Santos; PERROTTI, Edmir. Informação e educação: um estudo do relatório inaugural da information literacy. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília, SP. **Anais [...]**. Marília, SP: UNESP, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124889>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PASSOS, Ingrid. **Infoeducação como prática colaborativa no processo de empoderamento da mulher negra**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/000009/0000093b.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.

PERROTTI, Edmir. Infoeducação: um passo além científico profissional. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 4-31, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28314>. Acesso em: 23 mar. 2021.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres na contemporaneidade. In.: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Nectar, 2007. cap. 3, p. 46-95. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/Infoeducacao.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.